



CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: UM BREVE ITINERÁRIO HISTÓRICO E ALGUMAS OBSERVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

José Douglas Alves dos Santos¹
Marizete Lucini²

INTRODUZINDO

Este artigo tem por objetivo trazer algumas reflexões a respeito da relação ente cinema e História, elaborando um breve itinerário histórico sobre o tema, bem como apresentar algumas observações teórico-metodológicas sobre o uso de filmes no âmbito escolar. A reflexão baseia-se em um recorte da pesquisa de dissertação intitulada “Cinema e ensino de História: o uso pedagógico de filmes no contexto escolar e a experiência formativa possibilitada aos discentes”, realizada no período de 2014 a 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

O trabalho supracitado buscou analisar o uso pedagógico do cinema no ensino de História em duas turmas do Ensino Médio de uma escola da rede pública federal, dando também ênfase à experiência formativa que os filmes possibilitam aos discentes. Dessa forma, a discussão relativa aos usos de filmes concentra-se num horizonte que os considera como um texto, com suas especificidades e peculiaridades, que ao ser acessado possibilita uma experiência que não se restringe à esfera cognitiva.

Ao atuar também, e sobretudo, na esfera das sensibilidades humanas, os filmes têm contribuindo para o processo formativo humano e podem hoje ser considerados grandes aliados do processo

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Educação e Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Escritor e Desmistificador de Dálias.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Mestre em Educação pela Universidade Vale do Rio Sinos (UNISINOS); Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

educativo escolar; isso quando não considerados apenas como elementos secundários dentro da escola e das práticas docentes.

Como afirma Rogério de Almeida (2011), o cinema hoje tem um diferencial em relação à escola – no sentido de um alcance tão grande ou até maior às crianças, jovens e adultos que a própria instituição escolar. Logo, convém enfatizar a relevância de se levar o cinema a sério, pois a experiência que ele nos possibilita nos abre mundos, horizontes, amplia nosso campo de visão, promovendo (auto)compreensão e (auto)formação. Neste sentido, a obra de arte age como produtora de experiências (LARROSA, 2011) e como geradora de transformação (GADAMER, 2012).

É uma evidência ainda recorrente que na clausura do espaço escolar (tanto física quanto curricular), os filmes não passam de pretextos para explicitar algum conteúdo quando necessário, mas dificilmente são explorados como um tema em si (ALMEIDA, 2011; MEDEIROS, 2012). Partir do cinema, elaborar, contextualizar, produzir a partir dele, eis ainda um desafio teórico-metodológico presente nas práticas pedagógicas de muitos professores.

Ao analisar o filme por essa perspectiva, esperamos contribuir para a construção de novos modos de percebê-los para além do senso didático-pedagógico mais comum, pois como Celso Favaretto (2004) enfatiza, desde que o cinema passou a ser integrado como ferramenta didático-pedagógica, não houve efeitos consistentes no sistema escolar até os nossos dias.

Neste sentido, Rogério de Almeida e Marcos Ferreira-Santos consideram que

Na escola, quando o filme comparece, é simplesmente para ilustrar um dado ponto do programa curricular. Raras vezes estabelece um diálogo com o conteúdo, com e entre os alunos ou mesmo com os professores, reduzindo-se a cumprir o papel de exemplificar, contextualizar ou reproduzir o conteúdo agora em linguagem audiovisual (ALMEIDA; FERREIRA-SANTOS, 2011, p. 7).

Os autores consideram o cinema como um itinerário de formação, que por isso podem ser considerados também agentes formativos no espaço escolar, construindo novas formas de dialogar não apenas com os conteúdos, mas com os seres e o mundo à sua volta, de dialogar também com nós mesmos, pois ao assistirmos um filme, refletimos sobre ele e sobre nossas próprias experiências

UM ITINERÁRIO HISTÓRICO DO CINEMA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

No Brasil, desde o início do século XX o cinema teve considerável relevância dentro do processo pedagógico e político nacional, sendo considerado uma notável ferramenta de propagação das ideias políticas vigentes. Katia Abud (2003), Ana Nicolaça Monteiro (2006), Selva Guimarães Fonseca (2009), Daniel Righi (2011), Josineide Silva (2012), Enio de Freitas (2012), Lara Pereira e Cristiani Silva (2014), entre outros, apontam o movimento escolanovista como um dos principais responsáveis pela introdução de filmes no cenário escolar como proposta educativa.

Intelectuais pertencentes ao movimento da Escola Nova salientavam o potencial da utilização do cinema no processo educativo, em clara conformidade às mudanças defendidas em relação aos aspectos da cultura escolar então em voga. Segundo Katia Abud (2003, p. 186), estes pensadores “sugeriam a utilização dos recursos audiovisuais, em especial o cinema (que havia tido um espetacular desenvolvimento nas décadas de 10 e 20) como uma maneira de estimular e tornar o processo de aprendizagem interessante para o educando”.

Assim, os escolanovistas identificaram o potencial didático dos filmes, demonstrando a necessidade do uso deste recurso na educação. O movimento da Escola Nova, na década de 1920 no Brasil, “encontra no cinema mais um recurso que, juntamente com as ilustrações e projeções fixas, permite que o ensino concentre-se na experiência do aluno, motivando seu interesse, e afaste-se do verbalismo e da repetição de conteúdos” (RIGHI, 2011, p. 67-68).

É em 21 de janeiro de 1928 que Fernando de Azevedo, na época diretor da Diretoria de Instrução Pública na Reforma da educação que promoveu no Distrito Federal, introduziu o Cinema Educativo nos artigos nº 633 e 635. Ana Monteiro (2006) ressalta

ainda que, neste mesmo ano, algumas películas passaram a ser utilizadas pelas escolas.

Nesta perspectiva, o uso de filmes ocorreria em diferentes tipos de escolas, ou seja, do “ensino primário, normal, doméstico e profissional”, sendo um instrumento a serviço da educação, tendo como objetivo auxiliar o ensino em conteúdos de disciplinas específicas (SILVA, 2012, p. 61).

Em agosto de 1929 ocorreu a *1ª Exposição de Cinematographia Educativa*, realizada no Distrito Federal, tendo como objetivo demonstrar que “o cinema não entrava em ambiente escolar para substituir outros tipos de aparelhos existentes, mas, sim, que cada um teria sua função própria” (MONTEIRO, 2006, p. 13).

No ano de 1931, no período de 22 a 28 de junho, realizava-se, no Estado de São Paulo, a *Exposição Preparatória do Cinema Educativo*, no Instituto Pedagógico, por Iniciativa da Diretoria Geral do Ensino. Entretanto, só em 1933, o Cinema Educativo foi instituído por lei no Estado (MONTEIRO, 2006).

A relação entre o cinema e a educação, ou melhor, o cinema como recurso pedagógico no processo de ensino, mais conhecido como “cinema educativo”, teve grande impulso com a criação, em 1937, do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.³

Este órgão produzia e distribuía filmes educativos nas escolas, além de promover e nortear a utilização do cinema no ensino. Sua orientação, no entanto, seguia os valores políticos definidos pelo governo Vargas.

Vanessa Carrera afirma que o INCE tinha a função de “documentar as atividades científicas e culturais realizadas no país para difundi-las, principalmente, na rede escolar, mas esse meio

³ Carrera (2012); Fonseca (2009); Nascimento (2008); Holleben (2007); Monteiro (2006).



também era utilizado para propagar valores morais, cívicos e patrióticos defendidos pelo governo da época” (2012, p. 32).

Diante da perspectiva política assumida pelo governo Vargas, que pretendia difundir a ideia de unidade nacional, “o cinema torna-se um veículo privilegiado não só para educar, como também para construir uma nação e uma raça” (LINO, 2014, p. 166). Um pronunciamento de Getúlio Vargas, em 25 de junho de 1934, resume indiscutivelmente o caráter adotado pelo governo em relação às obras fílmicas:

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praias e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. Associando ao cinema o rádio e o culto nacional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu (VARGAS, 1934, p. 188-189).

Discurso semelhante ao que outras nações em regimes de ditadura promoviam para difundir o uso do cinema em prol da orientação política assumida. Wagner Pereira, analisando esse período do cinema na Era Vargas, afirma que, “sendo o cinema, no período de pré-1930, um dos meios de comunicação mais importantes, não causa surpresa já existirem propostas no sentido de utilizá-lo como meio de auxiliar o ensino” (2008, p. 326).

Dessa forma, “o cinema não só desempenharia uma função educativa, mas também deveria contribuir para unir e entrelaçar as forças vivas da nação” (PEREIRA, 2008, p. 328). Ou seja, estaria diretamente ligada aos interesses e objetivos do governo.

Cabe salientar que, “em termos práticos, houve uma grande distância entre a proposta governamental articulada a partir do INCE e o que efetivamente se concretizou nas escolas do país” (RIGHI, 2011, p. 114). Limitações de diversas ordens – materiais, econômicas, geográficas - fizeram com que poucos estabelecimentos de ensino adquirissem projetores, fazendo com que a circulação dos filmes educativos propostos pelo governo se restringisse a um número restrito de escolas em algumas capitais.

O INCE existiu até meados de 1966, quando foi reestruturado pelo então recém-criado Instituto Nacional de Cinema (INC), transformando-se no Departamento do Filme Cultural (DFC). “Nos seus quase 30 anos de existência o Ince foi, sem dúvida, a mais sólida experiência de cinema educativo no Brasil” (FRANCO, 2004, p. 27).

Lara Pereira e Cristiani Silva (2014, p. 319) assinalam que, desde aquele período, “a utilização do cinema como recurso para o ensino não representa nenhuma novidade, embora seus usos tenham sido, sensivelmente, revistos nos últimos anos”.

Ao contextualizar este que muito provavelmente seja o processo inicial de difusão do cinema na sociedade brasileira como recurso pedagógico – com fins bastante peculiares, que seria a propagação da ideia de unificação nacional junto ao governo Vargas, na época – fica clara a necessidade de se levar a sério o uso do cinema em sala de aula.

O CINEMA NO ENSINO DE HISTÓRIA

No ensino de História, o cinema se apresenta como mais um elemento a favorecer a prática docente e o ensino dos conteúdos programáticos, uma vez que as crianças, jovens e adultos interagem com a História em diferentes contextos sociais e com variados suportes, como a literatura, o teatro, a música, os monumentos, os museus interativos, as páginas da internet, etc.

Entendemos que, nessas interações as subjetividades individuais e coletivas se constituem através de processos de negociação que os sujeitos estabelecem entre si, com os outros e com o mundo que acessam. Por isso, o caráter plural da sétima arte ganha relevo, pois ela promove a cada espectador uma experiência distinta.



Ao associar o cinema no ensino de História tem-se, geralmente, dois enfoques. O primeiro trata dos filmes como documentos históricos, utilizados para aprofundar uma reflexão sobre o período em que foram produzidos; e o segundo trata dos filmes como “discursos sobre a história, sobre os quais se constroem críticas historiográficas a partir das análises de suas abordagens históricas. Nessa última abordagem, os filmes são definidos como agentes da história” (SOUZA, 2012 p. 76).

A respeito do primeiro enfoque, os filmes como documentos históricos, Peter Burke (2004) afirma que as imagens em movimento podem ser consideradas documentos porque têm a capacidade de registrar e expressar fatos histórico-culturais, como também elas podem contribuir na formação dos indivíduos. Há uma relação intrínseca a respeito da força das imagens na formação cultural dos indivíduos e da sociedade, tornando-as, nas palavras de Josineide Silva, “imprescindíveis na história da humanidade” (2010, p. 30).

Jorge Nóvoa e Marcos Silva indicam que

[...] o trabalho sistemático dos profissionais de História com Cinema se iniciou numa época em que o conceito de documento sofreu radicais metamorfoses, que abrangem das experiências de História Oral às discussões sobre Memória e Monumentos. Essas transformações evidenciaram que o documento não é uma “coisa” a ser interpretada pelo historiador sozinho, e sim uma modalidade de interpretação do mundo e de constituição de Memória, com a qual aquele profissional dialoga, utilizando seus instrumentos próprios de trabalho – a argumentação explicativa e demonstrativa, os corpos conceituais e as tradições historiográficas. Vale acrescentar que os documentos são produzidos em mundos socialmente cindidos, objetos de disputas entre diferentes grupos sociais (2008, s/p).

Dessa forma, ao ser tratado como documento histórico, “o filme requeria a formulação de técnicas de análise que deveriam dar conta de um conjunto de elementos que se interpunham entre a câmera e o evento filmado, incluindo as circunstâncias de produção, exibição e recepção” (KORNIS, 2008, p. 23-24). Elementos que compõem as

particularidades da obra cinematográfica e dos possíveis efeitos que incide sobre o(s) indivíduo(s).

Sobre o segundo enfoque, do filme como agente histórico, é conveniente ressaltar que este é um aspecto dos mais presentes nos discursos dos que criticam o uso de filmes no processo educativo, sobretudo no ensino de História, por considerarem que tais obras podem omitir e/ou enganar muito mais seus espectadores, com fatos e narrativas que não condizem aos eventos em si.

Renato Mocellin enfatiza que “mais que os livros, as imagens podem consolidar estereótipos, prejudicando o aprendizado da História” (2002, p. 28). Esta é uma questão que merece cuidado e atenção por parte dos docentes, pois assim como os livros produzem interpretações baseadas em determinados pontos de vista, as obras cinematográficas também o fazem; a diferença muitas vezes reside no fato de que a interpretação produzidas pelos cineastas não necessitam estar de acordo com as normas e regras da historiografia – apesar de muitos cineastas buscarem esta aproximação; de todo modo, ressaltamos que até os autores de livros com conteúdo histórico não estão imunes a essa “liberdade interpretativa” (ou, em certos casos, “imposição interpretativa” por agentes e regimes políticos) da História.

Acreditamos que as críticas precisam ser indicadas quanto ao uso de filmes, pois por mais sedutora que seja a imagem em movimento, ela precisa ser devidamente decifrada para não ser aceita como uma verdade absoluta ou ainda como uma recusa ao pensamento mais elaborado, às articulações entre outras obras e outros enfoques históricos, como os presentes em diferentes filmes e livros (de História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Literatura...).

Seja no ensino de História ou em qualquer outra disciplina, o filme tem essa particularidade específica – ele não segue regras ou normas acadêmico-escolares, não se fecha e/ou se limita a conteúdos e interpretações determinadas. Um filme, *a priori*, não é um recurso didático escolar; *a posteriori*, pode se tornar um.

Andréa Barbosa e Edgar Cunha, tendo como enfoque a imagem no contexto antropológico, salientam que “assim como o texto, as imagens produzem ideias” (2006, p. 33), e devido ao seu

caráter polissêmico elas podem tanto contribuir quanto prejudicar o aprendizado, quando consolidados os estereótipos.

Todavia, consideramos relevante advertir que os cineastas “criam filmes, e não teorias sobre filmes, e muito menos teorias sobre a história” (ROSENSTONE, 2010, p. 39). Essa é uma questão que precisa ser esclarecida, para que nem os discentes e – muito menos – os docentes tratem o filme com tamanha fidelidade (como os livros também não deveriam ser considerados documentos oniscientes, mas obras histórica e culturalmente produzidas, que emitem julgamentos e interpretações merecedoras de uma abordagem crítica).

APROFUNDANDO A RELAÇÃO ENTRE CINEMA E HISTÓRIA

Mais estritamente, no âmbito da pesquisa acadêmica, são três as abordagens com frequência contempladas pelos pesquisadores da área em relação às obras cinematográficas: “1. Filmes históricos para ilustrar conteúdos históricos; 2. Utilização dos filmes históricos como fontes para trabalho pedagógico em aula; 3. Abordagem dos filmes a partir da perspectiva do *letramento midiático*” (SOUZA, 2012, p. 86).

Sobre os estudos e reflexões entre a História e o cinema, Santiago Júnior (2012) identifica, na historiografia tradicional brasileira, duas correntes principais de trabalhos que abordam o cinema: uma da história social e uma da história cultural – não sendo elas autoexcludentes. A primeira corrente (ou grupo), da história social, seria

[...] mais flexível nos métodos e propostas, menos cerrada no aporte teórico e apresenta problemáticas que vão desde cinema e política, relações com instituições como a Igreja ou o Estado até as estruturas e relações de dinâmicas sociais nas quais são produzidos os filmes. Preocupa-se muito com circuitos de exibição, salas de cinema, intervenções políticas, políticas culturais, relações institucionais de poder, relações de produção de imagens e com outros meios audiovisuais. No Brasil, trabalhos de pesquisadores como Mônica Kornis, Maria Helena Capelato, Marcos Silva, Sheila Schvarzman, Soleni Fressato, Jorge Nóvoa, Eduardo Morettin são

alguns de seus nomes representativos
(SANTIAGO JÚNIOR, 2012, p. 164).

Em relação à segunda corrente, ou segundo grupo, da história cultural, que destaca mais as apropriações e representações sociais produzidas a partir – ou por meio – dos filmes, Santiago Júnior comenta que ela

[...] indaga sobre as representações culturais da realidade, as apropriações e as identidades sociais no cinema, tornando-se o campo por excelência da reflexão sobre a representação cinematográfica da história. Preocupada com as construções culturais das subjetividades, identidades, topografias e comunidades interpretativas, tende a observar a intertextualidade entre as diferentes linguagens na sua aparição cinematográfica a partir de um referencial teórico mais cerrado, sendo referência muito frequente os conceitos de Roger Chartier na base de reflexão e metódica. As publicações de José d'Assunção Barros, Alcides Ramos, Sandra Pesavento, N. Davi, Mirian Rossini investem nesse recorte (SANTIAGO JÚNIOR, 2012, p. 164).

Esta classificação proposta é compreendida com uma finalidade didática e operacional, não devendo entender as correntes, por conseguinte, como excludentes, enquadrando-se em uma ou em outra, como ressalta Rodrigo Ferreira (2014). Santiago Júnior também destaca que “os pontos de intersecção entre as “correntes” são muitos, entre eles uma concepção ora mais ora menos explícita do cinema como campo social historicamente constituído” (2012, p. 164).

Nas últimas duas décadas “se desenvolveu um conjunto de estudos sistemáticos e propostas sobre as possibilidades, limites e formas de utilização de filmes no ensino de História” (SOUZA, 2012, p. 87), contribuindo para uma melhor compreensão e utilização dos mesmos.

Estes novos estudos permitiram assegurar ao cinema certa legitimidade em relação a outros suportes didático-pedagógicos, como os livros, por exemplo. Considerou-se possível ensinar e aprender

História com o cinema, sendo que este processo de cognição e de formação de sensibilidades “serve para interpretar a ação humana em tempos e lugares diferentes. Essas experiências impregnadas de tensões, rupturas e permanências modificam o modo como os sujeitos pensam de si mesmos, dos outros e do mundo em que vivem” (PEREIRA; SILVA, 2014, p. 324).

Reconhecemos que a História atua na interpretação do passado, ou como nos alertava Marc Bloch, na interpretação “dos homens, no tempo” (2001, p. 55). Na experiência estética, as fontes muitas vezes se relacionam entre si, articulando-se na constituição de suas narrativas e contribuindo neste processo de interpretações.

Existem diversas formas de se ler, estudar e interpretar os homens no tempo, e também diversas fontes. E o filme pode ser uma delas. Como ressaltam *Levi* e *Ádria*, participantes da pesquisa de Santos (2016, p. 50-51):

[...] quando você vê certas situações, que você vê num filme que você não vai imaginar nunca, como os livros didáticos passam, você vendo aquela cena daquele filme, você realmente presta atenção, você diz, “Oh, que bacana, num sei o quê”, e se o professor passar uma questão dessa, ou se você ver algum desses pontos, você vai saber porque você viu aquela cena no filme, e você vai lembrar, entendeu? (*Levi*, 17 anos).

Concordo plenamente com *Levi*, o filme, nossa, ele ajuda muito, porque é a prática. Por exemplo, eu, particularmente, estou assistindo uma série chamada “CSI”, todo mundo acho que conhece. Ai, no “CSI”, mostra tudo, Química, todas as matérias envolvidas, e, nossa, dá pra entender pra quê vai servir aquilo na nossa vida, entendeu? Não é só teoria, porque, nas matérias em sala de aula, a gente vê o que? Teoria, teoria, teoria, “Ah, isso, aquilo, isso, isso, isso”. Só impõe isso na gente. Aí depois a gente sai, assim, vagamente lembra de algumas coisas. E na prática ajuda muito o que os filmes colocam [...] (*Ádria*, 17 anos).

Em ambos os casos, os participantes relataram o quanto o filme contribui ao trazer o assunto estudado como uma “prática” e como um “ponto de referência” para lembrar-se do assunto na hora de alguma situação envolvendo aquele tipo de conhecimento. Ou seja, o filme desperta em seus espectadores sensações outras que não excluem a aprendizagem possibilitada pela explicação do professor e pelos livros didáticos, mas que acrescem ao seu processo formativo.

Quando devidamente utilizados, eles podem possibilitar outras experiências que diferem das que os discentes costumam ter com o livro didático, por exemplo – até por considerarmos que o conhecimento da História não se fecha em si mesmo e em seus recursos mais tradicionais.

No entanto, mesmo com esse desenvolvimento das discussões sobre o cinema no meio acadêmico e social, no contexto escolar são muitos os desafios a serem superados – tanto de ordem teórica (formativa, subjetiva), quanto metodológica (material, objetiva), como podemos observar a seguir.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Foi na década de 1950, em países como Inglaterra e Alemanha, que um número cada vez maior de historiadores passou a reconhecer o valor histórico nos filmes (KORNIS, 2008). Posteriormente, como descreve Robert Rosenstone (2010), entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, as discussões sobre História e filmes ganharam relevo e surgiram no meio acadêmico.

Como indica Santiago Junior, nos últimos dois decênios “surgiram expressivas publicações dedicadas à indagação sobre a relação do conhecimento histórico com o cinema” (2012, p. 152). Com o desenvolvimento da discussão no cenário contemporâneo, Rosenstone também avalia que

[...] praticamente todas as principais revistas da área publicam regularmente resenhas e ensaios sobre filmes; painéis sobre filmes são realizados em encontros acadêmicos anuais e conferências inteiras foram recentemente dedicadas à história e filmes em vários países, dentre os quais Estados Unidos, Reino Unido,

Finlândia, Austrália, Itália, Argentina, Brasil e África do Sul (ROSENSTONE, 2010, p. 56).

No Brasil, como já mencionamos, foi no início do século XX, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, que aconteceram as primeiras discussões a respeito do uso de filmes nas escolas. Selva Guimarães Fonseca (2009) destaca alguns desses elementos discutidos entre os educadores e historiadores da época – que percebiam o cinema como uma grande inovação para o uso pedagógico ou como uma invenção temerosa –, ao salientar, entre alguns de seus acréscimos ao processo educativo,

[...] a defesa da renovação das práticas pedagógicas com o uso do cinema, a motivação, o despertar do aluno, o desenvolvimento do gosto pela história, o rompimento com as aulas expositivas e enfadonhas. Ao mesmo tempo, havia o temor da “deformação” da história, os riscos de tornar a aula um momento de recreação, uma mera ilustração ou perda de tempo, recorrentes nas vozes de professores e especialistas nos dias de hoje [...] (FONSECA, 2009, p. 154).

A autora demonstra que esta não é uma questão nova no campo da didática e da metodologia em relação ao ensino de História. O que mudaram foram os enfoques, as abordagens e as concepções sobre o tema. Fonseca enfatiza a crescente produção de “publicações didáticas para professores sobre “como usar o cinema na sala de aula” e experiências de utilização de filmes na escola em várias perspectivas” (2009, p. 152), destacando ainda pesquisas, dissertações e teses nas áreas de história, comunicação e educação que abordam a temática.

Para o trabalho do historiador em sala de aula, a autora ainda (2009) salienta que os professores devem considerar alguns aspectos antes – e durante – a utilização de filmes no processo de ensino e aprendizagem. Segundo ela, os profissionais devem atentar-se ao

a) planejamento: momento de seleção prévia do filme, relacionada ao tema em estudo, englobando atividades como assistir ao filme, organização dos materiais e do espaço,

preparação dos equipamentos; b) organização do roteiro de trabalho: enumeração de questões relativas à produção (quem fez, direção, roteiro, quando, onde, gênero, técnicas, financiamento, se é ou não baseado em alguma obra etc.). A ficha técnica pode ajudar o professor a explorar as características e a historicidade do filme: os personagens, o cenário, o ambiente, a época retratada, o enredo, as percepções, as leituras dos alunos, o roteiro, o desfecho, os limites e as possibilidades; c) projeção: assistir ao filme com os alunos no ambiente escolar ou em salas específicas; d) discussão: estabelecer relações entre as leituras, interpretações, percepções dos alunos sobre o filme e os temas estudados em sala de aula em outros materiais como textos, canções, imagens etc. É o momento de confronto, desconstrução, retomada da significação, análise e síntese; e) sistematização e registro (FONSECA, 2009, p. 157).

Ou seja, são diversos elementos que precisam ser levados em consideração pelos professores antes de simplesmente passar qualquer filme em suas aulas. Como toda atividade pedagógica, requer organização e planejamento prévios. Há um trabalho que precisa ser compreendido com seriedade e empenho, para não cair em armadilhas comuns aos que buscam fazer uso do cinema.

Neste sentido, é relevante pensar se os cursos de formação em História, como as demais licenciaturas, estão possibilitando uma formação que ofereça um preparo mínimo aos estudantes – que logo poderão exercer a docência – para se trabalhar com filmes em suas práticas escolares. Bem como se os professores já em atuação estão também tendo essa possibilidade, por meios de cursos de formação continuada e eventos específicos.

Segundo Nielson Modro, atualmente o problema em utilizar o audiovisual na escola não é tanto de ordem material, de acessos a determinados recursos tecnológicos, “mas sim um despreparo bastante grande por parte de alguns professores no uso dos recursos de que dispõem” (MODRO, 2006, p. 9).

Convém indicar, no entanto, que para se ter uma boa experiência de cinema é importante ter um espaço adequado para esta finalidade. Salas de aula usadas para exibição de filmes, ou salas de vídeo e anfiteatros que não têm uma estrutura adequada, com cadeiras desconfortáveis, telas desproporcionais ao campo de visão, iluminação e ruído que atrapalham a sessão, não permitem uma melhor inserção dos filmes no espaço escolar.

O espaço onde a atividade é realizada é de grande relevância para esta experiência. No entanto, segundo Medeiros,

São raras as escolas que possuem uma sala minimamente adequada para uma fruição de filmes que possibilite o vislumbre pleno dos elementos significativos da linguagem cinematográfica: nitidez e textura das imagens, pureza dos sons, condições confortáveis e anatômicas para uma fruição com duração média convencionada em 120 minutos (MEDEIROS, 2012, p. 203).

Estes aspectos observados são relevantes para considerarmos que além da preparação formativa dos professores, é preciso levar em consideração também as questões materiais da escola, uma vez que sem essas condições a experiência pode ser decepcionante. Entretanto, defendemos o uso de filmes mesmo nas mais precárias situações, pois para muitos estudantes de escolas públicas, sobretudo nas periferias e no campo, esta experiência – mesmo com todas as suas limitações –, permite o acesso à experiência de cinema que muitos desses sujeitos talvez nunca tenham passado.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

O intuito deste artigo foi o de promover um breve itinerário histórico do cinema no ensino de História e no contexto escolar, trazendo algumas observações a respeito dos aspectos teórico-metodológicos oriundos dessa relação.

Sabemos que os filmes ainda têm uma resistência quando pensados como documentos ou agentes históricos, e principalmente como agentes formativos. Isso dificulta sua inserção em espaços escolares. De todo modo, consideramos que a sétima arte está cada

vez mais atrelada ao processo de ensino e aprendizagem, bem como outras artes vêm ganhando mais espaço dentro da escola.

Acreditamos que, diante das realidades vivenciadas no contexto escolar, os recursos podem ser utilizados conforme a viabilidade e práticas pedagógicas de cada profissional, desde que estejam de acordo com a finalidade do processo educativo: formar os estudantes para que pensem e atuem criticamente, sem deixar de lado o caráter sensível, intuitivo, dessa formação. E, no caso da história escolar, ela

[...] pode ajudar a potencializar o pensamento crítico, ao colocar os estudantes diante de fontes históricas diversas, de diferentes procedências e tipologias, cotejando versões e posições, entendendo-as como materiais com os quais se interroga o passado, sem deixar de atentar que as fontes se encontram influenciadas pelas circunstâncias em que foram produzidas, pelos interesses de seus autores, dentre outros. [...] (CAIMI, 2015, p. 416).

Os filmes podem contribuir no desenvolvimento desse pensamento crítico dos estudantes em formação, ao proporcionar pensar a história e a sociedade por seu próprio ponto de vista, quando os espectadores se veem diante da mesma situação (ou de uma semelhante), fazendo com que o filme seja um espelho onde vemos a nós mesmos (ARROYO, 2009).

E as obras cinematográficas têm uma peculiaridade por expressar o conteúdo transcrito nos livros e nas ementas escolares/acadêmicas por meio de sons, imagens e performances, proporcionando uma experiência diferenciada. Ao atuar no campo das sensibilidades, possibilita vivências históricas que ultrapassam o âmbito cognitivo, pois ao serem acessadas assumem significados nem sempre condizentes com a história escolarizada.

Enquanto o ensino pautado em sua função memorística parece mais distanciar do que aproximar o alunado dos assuntos presentes, o filme por sua vez costuma promover uma maior abertura e identificação, ao problematizar a mesma temática por outros pontos de vista e condições, não excluindo o potencial contido também no



livro didático, em apostilas e nas aulas expositivas, mas, neste caso, explorando-o em suas múltiplas possibilidades.⁴

Percebemos, ao longo do texto, que a relação entre cinema e História é longa e permeada por muitos conflitos que perpassam os conteúdos escolares, já que seu uso incide sobre aspectos de ordem objetiva (as condições materiais da escola) e subjetivas (a formação dos professores).

Levar o cinema para a sala de aula é uma experiência estética, que atua no campo da sensibilidade, das emoções. E como toda experiência, ela é formativa, e por isso, também auto-formativa. Por se tratar de um processo de (re)interpretação de formas simbólicas, o uso de filmes chama nossa atenção porque “os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e autorreflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem” (THOMPSON, 2012, p. 70).

⁴ Cabe salientar que esta é uma exigência oficial, uma vez que foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 26 de junho de 2014, a lei nº 13.006, que torna obrigatória a exibição de, no mínimo, duas horas de filmes nacionais por mês nas escolas de educação básica do país como componente curricular (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm). Na obra organizada por Adriana Fresquet (2015) podemos observar considerações pertinentes sobre a lei em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, São Paulo, 22 (1), p. 183-193, 2003.

ALMEIDA, Rogério de. Rashômon. In: ALMEIDA, Rogério de; FERREIRA-SANTOS, Marcos. *O cinema como itinerário de formação*. São Paulo, Képos, 2011. p. 151-175.

ALMEIDA, Rogério de; FERREIRA-SANTOS, Marcos. *O cinema como itinerário de formação*. São Paulo, Képos, 2011.

ARROYO, Miguel. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. *Lei nº 13.006 de 26 de junho de 2014*. Acrescenta §8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. Qual é o lugar do ensino médio na escolarização e em que consiste a especificidade da História no ensino médio? In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline. *Memórias, sensibilidades e saberes*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015. p. 409-422.

CARRERA, Vanessa Mendes. *Contribuições do uso do cinema para o ensino de Ciências: tendências entre 1997 e 2009*. Dissertação (Mestrado e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2012.



FAVARETTO, Celso. Prefácio. In: SETTON, Maria da G. J. (Org). *A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação*. São Paulo: Annablume: USP, 2004. p. 9-13.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *Cinema, história pública e educação: circularidade do conhecimento histórico em Xica da Silva (1976) e Chico Rei (1985)*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. Cinema e ensino de História. *Revista do Arquivo Público Mineiro – Estante Antiga*, Belo Horizonte/MG, v. 1, vol. 45, p. 151-160, jan./jun. 2009. (p. 151-158). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/estanteantiga_2009.pdf>. Acesso em jul. 2015.

FRANCO, Marília. Você sabe o que foi o I.N.C.E.? In: SETTON, Maria da G. J. (Org). *A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação*. São Paulo: Annablume: USP, 2004. p. 21-35.

FREITAS, Enio de. *História e cinema: encontro de conhecimento em sala de aula*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FRESQUET, Adriana (org). *Cinema e Educação: a Lei 13.006 – Reflexões, perspectivas e propostas*. Belo Horizonte: Universo, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HOLLEBEN, Índia Mara Aparecida Dalavia de Souza. *Cinema e educação: diálogo possível*. Dissertação (Mestrado) – Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/462-2.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2014.

KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul/RS, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

LINO, Vitor Ferreira. *Da escola ao cinema, pelas trilhas de um projeto*. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2014.

MEDEIROS, Sérgio Augusto Leal. *Imagens educativas do cinema/possibilidades cinematográficas da educação*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2012.

MOCELLIN, Renato. *O cinema e o ensino da História*. Curitiba: Nova Didática, 2002.

MODRO, Nielson Ribeiro. *Cineducação 2: usando cinema na sala de aula*. Joinville, SC: UNIVILLE, 2006.

MONTEIRO, Ana Nicolaça. *O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia/MG, vol. 5, ano V, nº 2, p. 1-23. abr./mai./jun. de 2008.

NÓVOA, Jorge; SILVA, Marcos. Cinema-história e razão poética. O que fazem os profissionais de História com os filmes? *O Olho da História*, Salvador/BA, n. 11, dez. 2008. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/n11/textos/marcosejorge.pdf>>. Acesso em jul. 2015.

PEREIRA, Lara Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta da. Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. *Espaço Pedagógico*. Passo Fundo/RS, v. 21,

n. 2, p. 318-335, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em: jul. 2015.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O império das imagens de Hitler: o projeto de expansão internacional do modelo de cinema nazista na Europa e na América Latina*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2008.

RIGHI, Daniel. *O cine educativo de João Penteadó: iniciativa pedagógica de um anarquista durante a Era Vargas*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2011.

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da historiografia*, n. 8, p. 151-173, Ouro Preto/MG, abr. 2012.

SANTOS, J. D. A. *Cinema e ensino de história: o uso pedagógico de filmes no contexto escolar e a experiência formativa possibilitada aos discentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

SILVA, Josineide Alves da. *O uso escolar do filme no currículo do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente/SP, 2012.

SOUZA, Éder Cristiano de. O uso do cinema no ensino de História: propostas recorrentes, dimensões teóricas e perspectivas da educação histórica. *Escritas*, UFT, Araguaína/TO, vol. 4, p. 70-93, 2012.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



VARGAS, Getúlio. Discursos. O cinema nacional - elemento de aproximação dos habitantes do país. *Biblioteca da Presidência da República*, 25 de junho de 1934. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1934/04.pdf/at_download/file> Acesso em: jun. 2015.

Recebido em 26/06/2017 - Aprovado em 01/08/2017